

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.479.714 - RJ (2019/0092461-0)

RELATOR : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**
AGRAVANTE : **MANOEL DA SILVA MARINS**
ADVOGADO : **MARIA AMÉLIA CORDEIRO LIMA MAUAD E OUTRO(S) -**
RJ044910
AGRAVADO : **UNIÃO**

DECISÃO

A questão jurídica objeto do recurso especial teve a sua repercussão geral reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do ARE 800.721/PE (Tema 1.061), com a reafirmação da jurisprudência, em aresto assim ementado:

Recurso extraordinário com agravo. Constitucional e Administrativo. Instituição de Vantagem Pecuniária Individual (VPI). Lei nº 10.698/03. Direito ao reajuste de 13,23%. Orientação de ausência de repercussão geral firmada no julgamento do ARE nº 800.721-RG/PE (Tema nº 719). Exame do mérito da controvérsia em sede de reclamação. Súmula Vinculante nº 37 do Supremo Tribunal Federal. Revisão do Tema nº 719. Repercussão geral reconhecida. Reafirmação da jurisprudência consolidada no STF. Concessão de reajuste pelo Poder Judiciário com base no princípio de isonomia. Impossibilidade. (ARE 1208032 RG/DF, Relator Min. MINISTRO PRESIDENTE, Tribunal Pleno, DJe 26-09-2019)

Nesse contexto, os autos deverão retornar ao Tribunal de origem para aguardar o juízo de conformação com o precedente obrigatório da Suprema Corte nos termos do art. 1.040 do CPC/2015.

Somente depois de realizada essa providência, que representa o esgotamento da instância ordinária, é que os autos poderão ser encaminhados para esta Corte Superior, para que aqui possam ser analisadas as questões jurídicas suscitadas e que não ficaram prejudicadas pelo novo pronunciamento do Tribunal *a quo*.

Ante o exposto, DETERMINO A DEVOLUÇÃO DOS AUTOS ao Tribunal de origem, com a respectiva baixa, para que realize o juízo de conformação com o acórdão proferido no aludido recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida e em observância aos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015: a) negue seguimento ao recurso se a decisão recorrida coincidir com a orientação emanada pela Suprema Corte; ou b) proceda ao juízo de retratação na hipótese de o acórdão vergastado divergir da decisão sobre o tema submetido à repercussão geral.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator